



NOVA MORADA

Av. Engº Arantes e Oliveira, 3 - 1º A
1900-221 Lisboa
Tel.: 213 172 480
Email: fnstfps@fnstfps.pt

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de

**Assuntos Constitucionais, Direitos,
Liberdades e Garantias**

Assembleia da República

1249-068 Lisboa

V/Ref.:

N/Ref.:

Data:

Assunto:

MAI/084/2023

03-04-2023

REQUERIMENTO

Vem a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, expor e requerer a V. Exas o seguinte:

1.

O processo de reestruturação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do tempo, chegou a um momento crucial no qual deverão ser aprovados os Diplomas legais, que irão reger a sua extinção e conseqüentemente a criação de novos organismos que irão substituir os existentes.

2.

De acordo com informações prestadas pela Sra Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, será criada a Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo (APMA), que acolherá as competências que à presente data são asseguradas pelo Alto Comissariado para as migrações, bem como algumas competências que se encontram atribuídas ao SEF.

3.

Considera esta Federação que nos processos de reestruturação ou de fusão, existe sempre a necessidade de salvaguardar não só os postos de trabalho directos, bem como as actividades / postos de trabalho dos trabalhadores que através de vários mecanismos de contratação, nomeadamente protocolos e contratos programa, estejam a desenvolver a sua actividade subordinada a uma das entidades que é alvo de um dos processos supramencionado.



Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

4.

Assim e face ao que acabamos de expor, deve ser do conhecimento de V. Exa, que existem cerca de 280 trabalhadores que não pertencendo ao mapa de pessoal do SEF ou do Alto Comissariado para as Minorias, desenvolvem a sua actividade subordinada nestes organismos através de cedência por protocolo com estas entidades ou por contrato programa, na área da mediação sociocultural, que vivem agora um momento de incerteza laboral, que nenhuma entidade soube esclarecer.

5.

Dada a importância que o Governo tem dedicado e pretende dar às políticas migratórias, parece-nos de extrema importância que a situação destes trabalhadores seja considerada e resolvida neste processo de fusão/reestruturação de organismos, não se podendo ignorar a sua existência.

Pelo que vem esta estrutura sindical, requerer com carácter de urgência a sua audição sobre as matérias referenciadas pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Com os nossos cordiais cumprimentos,

Pel'A Direcção Nacional
da FNSTFPS

(Elisabete Gonçalves)

AN/BS